

Correia, Heloisa Helena Siqueira; Vander Velden, Felipe & Rocha, Hélio Rodrigues da (orgs.) (2023). *Humanos e outros-que-humanos nas narrativas amazônicas: perspectivas literárias e antropológicas sobre saberes ecológicos, tradicionais, estéticos e críticos*. São Carlos: De Castro.

Leandra Holz

Doutoranda em Antropologia Social/Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

<https://orcid.org/0000-0001-9848-0003>

leandraholtzholz81@gmail.com

Breno Duarte Castro

Doutorando em Antropologia Social/Universidade de São Paulo (USP)

<https://orcid.org/0009-0009-1095-4020>

bdc0907@gmail.com

Como apreender a multiplicidade amazônica? Talvez essa seja uma das questões que permeia o livro *Humanos e outros-que-humanos nas narrativas amazônicas: perspectivas literárias e antropológicas sobre saberes ecológicos, tradicionais, estéticos e críticos*, organizado por Heloisa Helena Siqueira Correia, Felipe Vander Velden e Hélio Rodrigues da Rocha. Ao promover um diálogo entre a Antropologia e os Estudos Literários, a coletânea traz artigos que dão ênfase a narrativas outras, que não aquelas assentadas em uma visão hegemônica europeia, ocidentalizante e colonizadora, que colocam o homem acima e além do que esta compreende como o mundo natural. Mostrando outros modos de viver e habitar mundos, a partir da literatura amazônica e de contextos amazônicos, e etnografias produzidas na região, o livro divide-se em três partes: “Os outros-que-humanos como alteridades radicais: saberes, poderes e linguagens”, “Humanos e outro-

que-humanos em relação: perspectiva etnográfica, literária e ecocrítica”, e “Alteridades nos processos tradutórios”.

Uma das principais partições que sustenta a produção de narrativas ocidentais, além das dualidades animalidade e humanidade, natureza e cultura, mente e mundo, entre outras, é aquela que separa os objetos dos sujeitos. Assim, aproximar outros-que-humanos, linguagens e narrativas pode soar estranho à primeira vista; todavia, tal junção proposta no livro é o que possibilita tensionar essas noções demasiadamente modernas. Por isso, ao se deparar com os textos que compõem essa coletânea, o leitor precisa ter em mente que “textos e mundos não se separam”, como afirmam Felipe Vander Velden e Heloisa Correia (2023, p. 23) na introdução do livro.

Na primeira parte da coletânea, seguindo os tensionamentos já citados, os textos abordam as variações que as narrativas indígenas provocam nos conceitos de “língua”, “literatura”, “narrativa” e até mesmo de “sujeito”, categorias que tomaríamos como essenciais e exclusivas dos seres humanos. Essas noções aparecem, então, num quadro transformativo em que entram em cena agências outras-que-humanas e sujeitos múltiplos. Os artigos de Gabriel Sanchez e Luiz Gustavo da Silva, a partir de etnografias realizadas em Rondônia com os Kujubim, povo de língua Txapacura habitantes da margem direita do médio Guaporé, e com os Paiter-Suruí, povo de língua Tupi-Mondé, respectivamente, evidenciam os equívocos em relação às noções de língua e grafismo e como ambas, no contexto ameríndio, evidenciam a circulação de certas qualidades próprias aos corpos.

No primeiro caso, o autor mostra como a noção de língua não se restringe apenas aos humanos, permitindo pensar tal categoria como uma qualidade que diferencia os corpos, afinal, distintos animais teriam suas próprias línguas. O “arremendar”, prática cinegética em que o caçador imita ou reproduz sons para localizar e atrair animais na mata, provoca a circulação de qualidades na medida em que o caçador passa a falar “outras línguas” não humanas. Do mesmo modo, o autor do segundo texto demonstra que o grafismo Paiter-Suruí funciona como uma forma de comunicação, na medida em que não pode ser separado de outras práticas como a narração de histórias, ou de certos acontecimentos, como as caçadas, as danças e as festas realizadas pelos indígenas. A pintura permite a circulação de qualidades entre diferentes seres, por exemplo: o caráter de ferocidade da onça é agenciado pela e com a pintura, de modo que quem é pintado passa a mobilizar essa qualidade.

Se as próprias noções de língua e de comunicação estão sujeitas à variação nas práticas de caça e de pintura ameríndias, o conceito de literatura também não permanece o mesmo quando confrontado com as narrativas indígenas. Os textos de Heloisa Correia

e Raiane Madeira apontam, uma a partir da análise do texto *Antes o mundo não existia: Mitologia dos antigos Desana-Kêhíripõrã*, narradas por *Umusî Pârõkumu* e *Torãmũ Kêhíri*, narradores Desana, povo indígena no noroeste amazônico, e outra a partir do livro *Histórias de Maloca Antigamente*, escrito por Pichuvy Cinta-Larga, respectivamente, como a escrita, a leitura e até mesmo as práticas editoriais estão sujeitas a uma variação que envolve desestabilizar os pressupostos que usamos para pensar a literatura.

A dicotomia entre coletivo e individual é deslocada nas narrativas ameríndias, na medida em que aquilo que atribuímos como autoria não designa, para eles, um autor definido. Já a dualidade entre natureza e cultura entra numa zona de indiscernibilidade nessas narrativas, mas não nos termos de uma “[...] humanização dos seres ou pelo devir-animal em sentidos metafóricos ou figurados” (2023, p. 156), mas sim nas narrativas e práticas cotidianas desses povos, algo que é tornado evidente por Madeira, a partir do conceito de “entre-lugar”. Já no texto de Heloisa Correia, ao pensar o “mito escrito”, considerado pela autora como dificilmente inteligível para um leitor não-indígena, demonstra-se como essas passagens entre natureza e cultura, no processo de leitura, exigem um movimento de busca ativa de produções etnográficas que evidenciem os contextos em que essas publicações estão inseridas e as práticas sociais a que se vinculam. O artigo seguinte, de Leonardo Ardaia, também aborda a produção de uma escrita singular que não pode ser facilmente encaixada nas categorias da crítica literária ocidental, fazendo isso não a partir de narrativas indígenas como os demais, mas a partir do conto *Os gêmeos encantados* da escritora rondoniense Yêdda Borzacov. Com base no conceito de “espaço esfumado”, mostra como a narrativa da autora não se confunde nem com as modalidades narrativas indígenas (ainda que fortemente embasada nelas), nem com as produções artístico literárias não-indígenas, mas constrói algo novo: um imaginário amazônico irreduzível.

Essas práticas de escrita, sejam indígenas ou não, apresentam sempre uma maneira singular e irreduzível que coloca em variação nossas concepções sobre escrita, leitura e mesmo literatura. Essas narrativas são, de certa forma, limítrofes, seja entre os discursos de desenvolvimento e as cosmologias indígenas, entre o real e o imaginário, entre o visível e o invisível, entre o banal e o insólito, entre natureza e cultura, entre individual e coletivo. Ao apostar nas diferenciações e nas alianças possíveis com entes outros-que-humanos, essas escritas produzem um cenário complexo sobre a realidade amazônica, evidenciando expressividades singulares. Como colocado pelos textos de Madeira e de Correia, tais escritas propõem uma variação até mesmo no sujeito de enunciação que, na produção literária ameríndia, apesar da atribuição de autoria, é sempre múltiplo.

O texto de Alexandre Nodari retoma essa questão ao tratar da “função mágica do discurso”, aquela que embaralha as pessoas do discurso (quem fala, com quem se fala e de quem se fala). O autor argumenta que a potência da literatura e, de fato, sua condição de existência, perpassa pela função mágica da linguagem, já que ela é o excesso a partir do qual qualquer escrita é possível. Dessa forma, o que é dado não são sujeitos prontos, epitomizados pelas pessoas do discurso, mas um campo de agências e sujeitos múltiplos, humanos ou não, que estão em constante transformação: um “sujeito zero” que marca o excesso enunciativo, assim como o “significante vazio” expressa um excesso de sentido. Com efeito, os textos da primeira parte do livro evidenciam como as categorias de língua, literatura e sujeito ganham uma nova potência quando olhamos para narrativas que não as tomam como produções ou atributos exclusivos da espécie humana.

Na segunda parte do livro, as formas ocidentais – e com isso queremos dizer, exploratórias e quantificáveis – de relação com os animais, os vegetais e outros não-humanos que integram o mundo natural, são problematizadas e contrastadas com as formas pelas quais os povos nativos da Amazônia se relacionam com esses seres. Mais do que isso, ao evidenciar essas diferenças, os textos sinalizam a complexidade de tais relações, mostrando que humanos e outros-que-humanos não podem ser pensados separadamente nesses contextos, pelo contrário, são essas relações constitutivas de práticas, paisagens e subjetividades locais. Ao mesmo tempo, a literatura abre caminhos para pensarmos a potência crítica dos seres outros-que-humanos frente a uma humanidade que instrumentaliza a natureza e as relações. Assim sendo, algumas questões apresentam-se: a presença de bovinos só resulta de fato em perda da biodiversidade? E o espaço urbano, pode ser também constituído de interações mais-que-humanas? No que tange a literatura, quais narrativas são nossas aliadas?

Nos fazendo refletir sobre os modos de relação com animais de criação ou aqueles domesticados, as etnografias de Felipe Vander Velden acerca dos animais nos postos indígenas no Oeste amazônico, e de Matheus Henrique da Silva sobre a caça aos búfalos selvagens na Amazônia marajoara, embaralham concepções e categorias fixas sobre esses animais. Nesse sentido, ainda que animais “dos brancos” sejam introduzidos entre os povos indígenas, eles não são tomados como recursos numa atividade produtiva, tal qual acontece nas fazendas dos não indígenas. Os animais de criação tomam outro lugar ali, assim como a própria forma de criar, de se relacionar e de viver com esses animais, é outra. Os búfalos, asselvajados em sua dispersão pelos campos marajoaras, são incluídos na paisagem local por meio de sua caça, exigindo técnicas contínuas de amansamento, mostrando que, manso e selvagem, caça e criação, só podem ser pensadas de modo

relacional, junto das paisagens, técnicas e relações que as constituem e, portanto, muito mais complexas do que nos é permitido pensar por meio de categorias fixas.

Toda uma multiplicidade de relações é perdida quando tentamos enquadrá-las em narrativas modernas “de civilização”. Trazer à tona sua complexidade, mesmo em contextos urbanos moderno-industriais, como propõe Flavio Leonel da Silveira em seu capítulo sobre a cidade de Belém, só pode ser feito levando em conta as narrativas de caráter exploratório e expansionista da cultura hegemônica europeia, que devem ser refletidas criticamente com quem vive e se transforma junto das paisagens. No caso do “espaçotempo” urbano, somente ao tomar a cidade como objeto sensível, rejeitar narrativas lineares e adentrar as memórias locais, é que se torna possível capturar suas variâncias no tempo e, sobretudo, suas feições mais-que-humanas ou outras-que-humanas.

Além das etnografias, a literatura também é apresentada nos textos como um campo no qual distintas relações com seres outros-que-humanos se sobressaem. Em um certo sentido, pensar criticamente sobre as relações entre humanos e seres outros-que-humanos é o que nos incitam obras como *Um velho que lia romances de amor*, de Luis Sepúlveda, analisada por Ronilson de Sousa Lopes, e *Alameda*, de Astrid Cabral, explorada por Maíssa Pires Moreira, no livro. Para além disso, as obras colocam em evidência as subjetividades animal e vegetal, apresentando, no primeiro caso, a onça como portadora de astúcia, coragem e fúria, e, no segundo, plantas e a própria terra, como donas de uma sabedoria profunda que atravessa gerações por meio de uma memória compartilhada, algo que nos é permitido compreender por meio da literatura, mas também, como apontam os textos da coletânea, da imaginação antropológica produzida a partir de regimes outros de verdade. De um lado, as personagens vegetais, elas próprias tecem críticas às ações contraditórias e utilitaristas dos humanos para com a terra e seus viventes, e de outro, o animal torna-se símbolo de resistência para lutar contra a potência exploratória e gananciosa dos ocidentais.

Essa potência crítica e até política que encontramos nos personagens outros-que-humanos presentes em obras literárias como as mencionadas acima, que chamam a atenção para a exploração do homem sobre a natureza, são propícias para pensar uma ecocrítica que se ocupa, justamente, em problematizar as formas ocidentais de relação com o planeta e todos que nele habitam. No que tange à Amazônia, ela e os modos de vida ali existentes, têm sido violados e destruídos desde o período colonial, e uma literatura crítica que contribua, de fato, para romper com a dicotomia homem-natureza, precisa estar atenta aos efeitos dos processos de colonização e expropriação da Amazônia, tratando-a de modo complexo e crítico, levando em conta a tradição oral e a multiplicidade de vidas e

relações ali presentes. Valdir Aparecido de Souza nos alerta em seu texto, também, para a apropriação da Amazônia por uma indústria cultural de massa, que desqualifica os povos nativos por meio de características estereotipadas, vendendo a Amazônia como lugar de mistério e perigo, do exótico e da riqueza. Produções literárias e midiáticas que encobrem a complexidade amazônica servem, assim, aos interesses econômicos da grande mídia, na medida em que a exotizam e simplificam tendo em vista encher os olhos do público e, com isso, fazer render lucros exorbitantes.

Seguindo essa perspectiva crítica, a coletânea chega ao fim problematizando as práticas tradutórias ocidentalizantes, que generalizam, desqualificam e minimizam a cultura traduzida. Como traduzir o Outro é a reflexão trazida na terceira parte do livro por Heloisa Correia e Hélio da Rocha, evidenciando o papel da ética, em tratar o Outro como sujeito, nunca como objeto, além de sinalizar a importância de uma prática tradutória incansável e coletiva, com fundamental contribuição dos tradutores indígenas junto do deslocamento promovido pela escrita etnográfica. O que nos faz pensar, por conseguinte, com quem estamos contribuindo, politicamente, quando escrevemos sobre nossos contextos de pesquisa? Algo que cada um poderá refletir a partir de sua leitura de *narrativas amazônicas*.

Com efeito, as diferentes abordagens e temáticas que a coletânea abrange contribuem para refletir criticamente sobre o que vem sendo produzido para expressar a Amazônia e a pluralidade de vivências ali existentes, o que deve ser feito à luz dos saberes ecológicos dos povos originários e das relações que estes estabelecem com seres outros-que-humanos. A centralidade da ecocrítica nos artigos remete, portanto, a uma escolha, certamente (cosmo)política, de não aceitarem os termos de uma humanidade demasiadamente preocupada consigo mesma, também se contrapondo à alternativa moderna de uma crítica ao Antropoceno que tem como ponto de partida um discurso que argumenta a favor de uma “natureza intocada” contra uma “humanidade predadora” que parece reeditar os discursos do “bom selvagem e do mau civilizado”, cujas figurações estão na base dos modos de vida da parcela da humanidade que desencadeou, a partir de sua potência exploratória, a crise climática que vivemos. Em uma perspectiva que denominam biocultural, os capítulos abordam o que podemos aprender com as populações tradicionais, com o conhecimento dos povos nativos e com seres outros-que-humanos, sobre linguagem, sobre produção de narrativa, sobre crítica literária e, finalmente, sobre política.

Referências

Correia, Heloisa Helena Siqueira; Vander Velden, Felipe & Rocha, Hélio Rodrigues da (orgs). (2023). *Humanos e outros-que-humanos nas narrativas amazônicas: perspectivas literárias e antropológicas sobre saberes ecológicos, tradicionais, estéticos e críticos*. São Carlos: De Castro.

Recebido em 06 de fevereiro de 2024.

Aceito em 07 de fevereiro de 2024.